

Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e Exercício Findos em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

Apresentamos o Comentário de Desempenho das Demonstrações Financeiras da *EDENRED SOLUCOES E INSTITUICAO DE PAGAMENTO AHA S.A.* (“Companhia” ou “Edenred Pay”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – (“COSIF”), normas e Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020 do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo BACEN.

A Edenred Soluções e Instituição de Pagamentos AHA S.A. recebeu no dia 5 de janeiro de 2024, autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador.

Ao longo de 2024 é observado uma queda de 10% da receita operacional oriundo do negócio de credenciamento devido à baixa no volume de atividade do principal emissor. A Edenred Soluções e Instituição de Pagamentos AHA S.A vem enfrentando um processo de reestruturação, com a descontinuação de produtos com o intuito de gerar eficiência operacional e gestão constante dos custos. Contudo, em função dessa reestruturação, a Companhia vem apresentando prejuízos e necessidade de capital que está sendo suprida por meio de operações de mútuo, concedidos pelas empresas do Grupo Edenred.

A Edenred Pay faz parte do Grupo Edenred, uma plataforma digital líder em serviços e pagamentos, presente em 45 países e que conecta mais de 60 milhões de pessoas usuárias, mais de 2 milhões de comerciantes parceiros e 1 milhão de empresas-clientes. Francesa, a Edenred está listada na bolsa de valores Euronext Paris e faz parte dos seguintes índices: CAC 40, CAC 40 ESG, CAC Large 60, Euronext 100, Euronext Tech Leaders, FTSE4Good, DJSI Europe Index, DJSI World Index e MSCI Europe. No Brasil, a Edenred opera em três linhas de negócios por meio de suas empresas locais: Benefícios e Engajamento (Ticket), Mobilidade (Edenred Ticket Log, Edenred Repom e Taggy) e Soluções de Pagamentos e Novos Mercados (Edenred Pay e Punto). Presente no país há quase 50 anos, a Edenred Brasil possui mais de 2.500 colaboradores, 8,5 milhões de pessoas usuárias, cerca de 800 mil estabelecimentos parceiros e mais de 130 mil empresas-clientes.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a confiança de todos os nossos clientes e dos nossos colaboradores que não medem esforços para o sucesso da Companhia.

* * * * *

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A. (“Companhia” ou “Edenred Pay”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Desempenho e continuidade dos negócios

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia, nos últimos anos, vem passando por um processo de reestruturação. Com isso, a Companhia vem apresentando prejuízos nos últimos períodos e requerendo, assim, recursos financeiros das empresas do Grupo Edenred, seja por meio de aportes de capital, seja de empréstimos, para a manutenção de suas atividades. A Administração, com base no seu plano de negócio, espera resultados positivos futuros, sendo que a continuidade das operações depende desses recursos financeiros e do atingimento do plano de negócio. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Capital mínimo regulatório

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23 (e), em 5 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu autorização do Banco Central do Brasil - BACEN para atuar como instituição de pagamento e foi designada como líder do Conglomerado Prudencial do Grupo Edenred. Dessa forma, os limites de capital regulatório estão sendo apurados de forma consolidada. Em 30 de junho de 2024, a Companhia efetuou o cálculo do Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento - PRIP, em que, com base no seu entendimento da aplicação da base regulatória contida na Resolução BCB nº 198, a Companhia se encontrava enquadrada. Contudo, o critério aplicado na determinação do capital mínimo regulatório foi questionado pelo BACEN por meio de ofícios. Em 21 de novembro de 2024, o BACEN publicou a Resolução BCB nº 434, que altera a Resolução BCB nº 198 e que limitou a possibilidade de dispensa da completa dedução de ajustes prudenciais, ratificando, assim, os entendimentos do BACEN enviados por meio de ofícios, considerando o tipo do Conglomerado Prudencial Edenred, e confirmando o desenquadramento do Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento - PRIP. A Companhia elaborou um plano de equalização do capital mínimo regulatório, que foi executado em 2025, conforme nota explicativa nº 30. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, sem comparação com o período anterior, devido à Administração ter optado pela faculdade prevista no artigo 42 da Resolução BCB nº 2/2020 de não apresentar informações comparativas nessas demonstrações financeiras por ser tratar da primeira elaboração das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

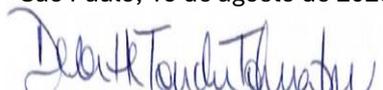
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de agosto de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Eloise Guerra
Contadora
CRC nº 1 SP 264852/O-0

EDENRED SOLUÇÕES E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO AHA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2024
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidade	4	8.116	Fornecedores		4.236
Instrumentos financeiros		205.972	Transações e pagamentos a liquidar	14	25.853
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1	193.671	Afiliados a pagar	15	16.693
Títulos e valores mobiliários	5.2	12.301	Reembolsos a efetuar	16	257.874
Contas a receber de clientes	6	138.466	Obrigações trabalhistas	17	2.169
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(3.361)	Obrigações tributárias		899
Impostos a recuperar	8.1	18.704	Contas a pagar de aquisição de empresa	11	5.238
Despesas antecipadas		5.835	Mútuo - Partes relacionadas	9	168.653
Mútuo - Partes relacionadas	9	25.568	Outras contas a pagar	18	38.659
Outras contas a receber	10	7.530	Total do passivo circulante		520.274
Total do ativo circulante		406.830			
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	42.861	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	7.851
Depósitos judiciais	19.b	1.775	Contas a pagar de aquisição de empresa	11	20.229
			Total do passivo não circulante		28.080
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimento	11	29.757	Capital social	20.a	64.414
Imobilizado	12	1.888	Prejuízos acumulados		(67.225)
(-) Depreciação acumulada	12	(1.180)	Total do patrimônio líquido		(2.811)
Intangível	13	113.644			
(-) Amortização acumulada	13	(50.032)			
Total do ativo não circulante		138.713			
TOTAL DO ATIVO		545.543	TOTAL DO PASSIVO		545.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUÇÕES E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS AHA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2024	
		2º Semestre	Exercício
Receita líquida de prestação de serviços		28.039	55.272
Rendimento de aplicação financeira		8.409	12.570
RECEITA LÍQUIDA	21	36.448	67.842
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E PRODUTOS VENDIDOS	22	(15.046)	(31.234)
LUCRO BRUTO		21.402	36.608
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		-	-
Despesas com pessoal	23	(6.180)	(13.249)
Despesas gerais e administrativas	24	(9.460)	(20.740)
Depreciação e amortização	11,12 e 13	(12.979)	(17.458)
(Constituição) reversão de provisões para riscos	19	469	381
Equivalência Patrimonial	11	(18.941)	(22.551)
Outras despesas/receitas operacionais, líquidas	25	(9.961)	(17.003)
		(57.052)	(90.620)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(35.650)	(54.012)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	26	10.579	22.373
Despesas financeiras	26	(14.758)	(21.786)
		(4.179)	587
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(39.829)	(53.425)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Diferidos	8,2	7.778	10.913
		7.778	10.913
PREJUÍZO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(32.051)	(42.512)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUÇÕES E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS AHA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2024	
	2º Semestre	Exercício
PREJUÍZO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(32.051)	(42.512)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	<u>(32.051)</u>	<u>(42.512)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUÇÕES E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS AHA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024	<u>64.414</u>	<u>(34.845)</u>	<u>29.569</u>
Prejuízo líquido do semestre	-	(32.051)	(32.051)
Resultado de exercícios anteriores	-	(329)	(329)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	<u>64.414</u>	<u>(67.225)</u>	<u>(2.811)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>64.414</u>	<u>(24.384)</u>	<u>40.030</u>
Prejuízo líquido do exercício	-	(42.512)	(42.512)
Resultado de exercícios anteriores	-	(329)	(329)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	<u>64.414</u>	<u>(67.225)</u>	<u>(2.811)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUÇÕES E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS AHA S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Exercício	2º Semestre
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo líquido do semestre e exercício		(42.512)	(32.051)
RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO COM O CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Depreciação e amortização	11,12 e 13	17.458	12.979
Baixa de ativo imobilizado e intangível	12 e 13	4.408	4.408
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	148	109
Provisão para participações nos resultados		899	899
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	90	(575)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(10.913)	(7.778)
Equivalência patrimonial	11	22.551	18.941
Ajustes de "Earnout"		3.192	1.596
Provisão juros sobre empréstimos - partes relacionadas	9	9.091	7.544
Encargos sobre empréstimos - partes relacionadas	9	84	(206)
Total dos ajustes de reconciliação		<u>4.496</u>	<u>5.866</u>
(Aumento) redução nos ativos:			
Instrumentos Financeiros		(161.108)	(64.010)
Contas a receber de clientes	6	104.385	5.085
Impostos a recuperar	8.1	(1.014)	(1.013)
Outras contas a receber	10	8.508	34.327
Despesas antecipadas		(54)	(1.006)
Depósitos judiciais	19.B	(48)	(19)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores		13.991	14.528
Afiados a pagar	15	(29.264)	2.179
Reembolsos a efetuar	16	(80.185)	(22.598)
Obrigações trabalhistas	17	(798)	(252)
Obrigações tributárias		89	(212)
Outras contas a pagar	18	19.312	8.772
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	(315)	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>(122.005)</u>	<u>(18.353)</u>
Juros recebidos clientes	9	2.373	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>(119.632)</u>	<u>(18.353)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Empréstimos concedidos	9	(33.140)	-
Recebimento de empréstimos concedidos - partes relacionadas	9	12.050	8.950
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	13	(13.230)	(6.682)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(34.320)</u>	<u>2.268</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos - partes relacionadas	9	155.000	25.000
Pagamento contas a pagar de aquisição		(5.253)	(5.253)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>149.747</u>	<u>19.747</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(4.205)</u>	<u>3.662</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo final	4	8.116	8.116
Saldo inicial	4	12.321	4.454
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(4.205)</u>	<u>3.662</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUÇÕES E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO AHA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Edenred Soluções e Instituição de Pagamentos AHA S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, tem por objeto social a instituição de arranjos de pagamento próprios, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamento ao público; soluções de gestão de pagamento; prestação de atividades, no âmbito de arranjos de pagamento abertos ou próprios, como instituição de pagamentos na modalidade que foi previamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, que incluem, mas não limitam a prestação de serviços de pagamento; prestação de serviços de administração de sistemas e/ou contratos de convênio de qualquer natureza especialmente relativos, mas não limitados a nas áreas de: (i) motivação, incentivos, promoções, viagens, lazer, entretenimentos e outros, por meio de emissão, própria ou por terceiros, de vale cupons ou cartões para troca por bens, serviços e/ou saque, bem como a intermediação de negócios; e (ii) gestão e administração de despesas, adiantamento salarial, controle de custos ou qualquer outra prática, permitida ou não vedada por lei, relacionada a cartões eletrônicos de pagamentos com ou sem função de saque; prestação de serviços de informática e processamento de dados, inclusive de assessoria e consultoria técnica de informática, em especial para (1) a gestão de programas motivacionais, de fidelidade, eventos e outros; (2) o gerenciamento e manutenção de cadastro de clientes; e (3) elaboração de programas de computadores (software), inclusive jogos eletrônicos; a prestação de serviços de campanha de incentivos e eventos promocionais, objetivando a fidelização de clientela, a promoção de bens e serviços em geral e a motivação profissional, bem como mediante a divulgação dessas promoções na mídia em geral, a organização e o gerenciamento de eventos e o agradecimento de propaganda e publicidade; a intermediação de negócios em geral e agenciamento; a prestação de serviço de propaganda e publicidade; a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, no país ou no exterior, cujo objeto social seja relacionado, necessário ou conveniente à consecução do objeto social da Companhia.

A Companhia possui sua matriz localizada na Alameda Tocantins, 350, Alphaville Industrial, na cidade de Barueri.

Quando há necessidade de caixa no curto prazo, a Companhia conta com as demais empresas do Grupo por meio de operações de mútuo, como ocorrido no semestre em questão com o empréstimo de R\$25 milhões (R\$155 milhões no exercício) concedido pela Edenred Participações S.A., ou com sua Controladora a Edenred Brasil Holding Financeira S.A., vide NE 20, por meio de aumento de capital.

A Companhia recebeu no dia 05 de Janeiro de 2024, autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador, nos termos da Resolução BCB nº 81, de 25 de março de 2022, e passou a liderar o conglomerado prudencial denominado “Edenred Soluções e Instituição de Pagamentos AHA S.A.” que contém as seguintes empresas: Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamento HU S.A., Greenpass Tecnologia e Instituição de Pagamento HUE S.A. e Repom Instituição de Pagamento HUSA S.A.

Em função da adoção das regras do Banco Central, resolução BCB nº 92/21, houve um ajuste no saldo de abertura de 2024 no valor de R\$997, correspondente a ajuste de amortização de ágio.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - ("COSIF"), normas e Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020 do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo BACEN:

- CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro | Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos | Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis | Resolução CMN nº 4.524/16.
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa | Resolução BCB nº 02/20.
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível | Resolução BCB nº 07/20.
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas | Resolução BCB nº 02/20.
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações | Resolução BCB nº 08/20.
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 24 - Evento Subsequente | Resolução BCB nº 02/20.
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | Resolução BCB nº 09/20.
- CPC 27 - Ativo Imobilizado | Resolução BCB nº 06/20.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados | Resolução BCB nº 59/20.
- CPC 41 - Resultado por ação | Resolução BCB nº 02/20.
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo | Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente | Resolução BCB nº 120/21.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as normas e instruções do BACEN, quando aplicáveis, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como:

- (i) Valor justo de determinados ativos e passivos financeiros.
- (ii) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito.
- (iii) Prazo de vida útil do ativo imobilizado.
- (iv) Prazo de vida útil de ativos intangíveis.
- (v) Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de passivos contingentes.
- (vi) Reconhecimento de créditos tributários, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo estes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas, sendo estas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas.

Em virtude de a Companhia ter obtido autorização para atuar como instituição financeira de pagamento pelo BACEN em 5 de janeiro de 2024, passando a enviar as informações requeridas pelo BACEN a partir dessa data, a Companhia optou pela faculdade prevista no art. 42, § 5º da Resolução BCB nº 02/20 de não apresentar as informações comparativas das demonstrações financeiras, semestrais e anuais, relativas ao ano da autorização para funcionamento da instituição pelo Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional da Companhia e de apresentação.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pela Administração em 18 de agosto de 2025.

2.1. Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

- Resolução BCB nº 391, publicada em junho de 2024, altera a Resolução BCB nº 178, de 19 de janeiro de 2022, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Esta Resolução estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil que devem observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) - Arrendamentos, aprovado em 6 de outubro de 2017, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação inicial dos critérios contábeis estabelecidos pelo pronunciamento serão registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. O impacto da adoção inicial no patrimônio líquido será de R\$(209).

- A Resolução BCB nº 352/23, publicada em 23 de novembro de 2023, introduz novos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de “hedge”) pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades corretoras de câmbio, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento, e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Os principais assuntos relativos à adoção da Resolução BCB nº 352 e avaliação dos impactos na Companhia, encontram-se detalhados a seguir:

Classificação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros serão ajustados e reclassificados com base no modelo de negócios da Companhia e nas características contratuais de cada instrumento segundo as categorias Custo Amortizado, Valor Justo por Meio de Resultado ou Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes. Essa reclassificação resultará na substituição das categorias atuais utilizadas para classificar os Títulos e Valores Mobiliários.

As características contratuais dos ativos financeiros serão verificadas pela avaliação dos fluxos de caixa contratuais desses instrumentos, que deverão se constituir como somente pagamentos de principal e juros (teste SPPJ). O teste SPPJ é fundamental para a adequada classificação dos ativos financeiros entre Custo Amortizado, Valor Justo por Meio de Resultado ou Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes. A Companhia não identificou até o momento a necessidade de outros ajustes além da reclassificação dos ativos financeiros nessas três novas categorias.

Provisão para perdas esperadas

A Resolução nº 352 introduz um novo modelo para constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, substituindo as definições da Resolução nº 2.682/99. A Companhia adotará uma metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando, em relação a contraparte pessoa jurídica, sua situação econômico-financeira, grau de endividamento, histórico de pagamentos, limites de crédito na instituição e no sistema financeiro e adequação entre os fluxos de caixa do devedor e suas obrigações com instituições. A adoção desse modelo gerará uma constituição de provisão para perdas esperadas no montante de R\$34.138, com impacto total no patrimônio líquido. Resolução BCB nº 390, altera a Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil e as principais regras para utilização das rubricas contábeis do elenco de contas do Cosif, no que diz respeito aos níveis de agregação e aos tipos de rubricas contábeis.

A Resolução define que:

- (i) O código das rubricas contábeis do elenco é formado por, no mínimo, cinco níveis de agregação.
- (ii) Fica limitada a dez níveis a quantidade máxima de níveis de agregação do elenco de contas Cosif.
- (iii) O ato normativo que criar novos níveis de agregação no elenco de contas do Cosif deve entrar em vigor a partir do exercício seguinte e, no mínimo, seis meses depois de sua publicação.

A escrituração contábil somente pode ser efetuada nas rubricas contábeis relativas a operações que a instituição está autorizada a realizar.

A instituição líder do conglomerado deve, nos documentos consolidados, usar as rubricas contábeis destinadas ao uso pelas demais entidades integrantes do consolidado para a escrituração dos eventos e das transações por elas realizados, ressalvadas as eliminações e as reclassificações previstas na regulamentação.

A Resolução entra em vigor em:

- (i) Em 1º de janeiro de 2025, no que se refere:
 - a) Ao art. 1º, na parte em que altera o art. 4º da Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021.
 - b) Ao art. 2º, caput, inciso I, alínea “a”.
- (ii) Em 1º de julho de 2024, quanto ao disposto no art. 2º, caput, incisos II e III.
- (iii) Em 1º de janeiro de 2025, quanto aos demais dispositivos.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Disponibilidades

São representados por dinheiro em caixa, depósitos em instituições financeiras, aplicações em operações compromissadas, não estando sujeitos a um risco significativo de mudança no seu valor justo. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

c) Instrumentos financeiros - Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado.
- **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“accrual”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizadas são realizadas em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.
- **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía títulos classificados na categoria “negociação” e “Mantidos até o vencimento”.

d) Contas a receber de clientes

São representados pelos valores a receber de clientes, que são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. São registradas também as provisões para créditos de liquidação duvidosa destes títulos, a qual é constituída considerando uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e a vencer, de acordo com os critérios de perda esperada.

e) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando uma análise do risco sobre os títulos a vencer e vencidos e de acordo com os critérios de perda esperada e perda incorrida.

A carteira é segmentada conforme seu nível de risco, produto e/ou natureza jurídica, incluindo faixas de “aging” desde o a vencer até atrasos superiores a 721 dias, tornando uma curva escalonada de provisão. As provisões levam em conta a probabilidade de perda de cada cliente, sendo caracterizado default atrasos superiores a 120 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos. Após o default é analisado o histórico de perda incorrida num prazo de 12 meses e o quanto a companhia conseguiu recuperar dos créditos inadimplidos.

A análise de risco ocorre sobre o valor total dos títulos faturados no momento do cálculo e leva em consideração fatores mitigadores de risco como garantias, acordos parcelados, seguro de crédito, dentre outros. Clientes “intercompany”, saldos de notas com valores irrisórios e títulos efetivamente já pagos e em processo de baixa sistêmica não são considerados no cálculo.

A metodologia e os percentuais de perda esperada e incorrida são revisados periodicamente, de acordo com a Política de Provisão para créditos de liquidação duvidosa da companhia, considerando novas informações históricas e o comportamento da carteira de clientes.

f) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento em controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. Não houve a necessidade de constituição de provisão de perda por redução ao valor recuperável para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

g) Imobilizado

Corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias em imóveis de terceiros destinados à manutenção das atividades da Companhia ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável dos ativos (“impairment”), quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada de uso para cada ativo, obedecendo as seguintes taxas anuais aplicadas: móveis e utensílios - 10%, máquinas e equipamentos - 10%, equipamentos de informática - 20%, instalações - 10%, equipamento de telecomunicação - 10%.

A revisão da vida útil dos ativos é realizada anualmente ou antes, se necessário.

h) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido pelo seu valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável (“impairment”). A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada. Os gastos com desenvolvimento são amortizados a taxas anuais de 14% a 20%.

A revisão da vida útil dos ativos é realizada anualmente ou antes, se necessário.

i) Redução ao valor recuperável - ativos não financeiros

- A Resolução BCB nº 120/21 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (“impairment”) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

A Companhia não identificou indicativos de “impairment” durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

j) Reembolsos a efetuar

Compreendem o saldo dos benefícios creditados em cartões e “vouchers” colocados em circulação e ainda não apresentados pelos estabelecimentos comerciais credenciados para reembolso.

k) Fornecedores

Representado, substancialmente, a valores a pagar às instituições de pagamento participantes do arranjo de pagamento.

l) Afiliados a pagar

Registrados os valores devidos à rede credenciada de estabelecimentos comerciais, relativos aos cartões apresentados para reembolso, sendo o pagamento realizado conforme o prazo contratual.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução BCB nº 09/20 da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.
- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas judiciais pelas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

n) Obrigações fiscais correntes e diferidas

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.
- Diferidas: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A alíquota vigente para as operações é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no País sobre lucros tributáveis, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” diretamente no patrimônio líquido.

o) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R02) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

p) Resultados não recorrentes

A Resolução BACEN nº 2/20, dispõe sobre a divulgação de resultados não recorrentes, sendo eles considerados os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição e; não estejam previstos para ocorrerem com frequência nos exercícios futuros.

Não foram identificados resultados não recorrentes auferidos no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

q) “Perdus Périme”

É o reconhecimento de receita correspondente ao saldo em circulação dos cartões não utilizados pelos usuários, após um período determinado e que se enquadre nas regras de expurgos pré-determinados conforme política da Companhia. Para aderência ao “Perdus Périme” é necessário seguir os seguintes critérios:

A composição do “Perdus Périme” é feita conforme abaixo:

Composição “Perdus Périme”

+ Bloqueados
+ Expurgados
- Contestados
= PERDU PERRIME

O reconhecimento da receita se dá da seguinte forma:

- Uma provisão de 90% das Receitas auferidas (bloqueados + expurgados - contestados) no ano corrente é efetuada, de forma mensal, acumulada e linear, restando 10% do “Perdus Périmé” do ano para provisionamento no ano posterior, também mensal e de forma linear (total ano/12).
- Devido à ausência de legislação específica para apropriação da receita do saldo residual dos cartões, o “Perdus Périmé” só é reconhecido definitivamente após 5 anos. Passados cinco anos das condições estabelecidas a provisão é estornada e a receita reconhecida definitivamente.

4. DISPONIBILIDADES

	<u>2024</u>
Disponibilidades:	
Em moeda Nacional	7.621
Em moeda Estrangeira (i)	<u>495</u>
Total caixa e equivalentes de caixa	<u><u>8.116</u></u>

(i) Referem-se a valores disponíveis em dólar em conta bancária no exterior.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2024, aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por operações compromissadas Letra Financeira do Tesouro - LFT com os saldos apresentados abaixo:

	<u>2024</u>	
	<u>Valor do custo amortizado</u>	<u>Valor de mercado/ contábil</u>
Operações Compromissadas - letras financeiras do tesouro (i)	<u>193.671</u>	<u>193.671</u>
Total	<u><u>193.671</u></u>	<u><u>193.671</u></u>

(i) Referem-se a operações compromissadas lastreadas em letras financeiras do tesouro e estão vinculadas a garantia dos saldos de moeda eletrônica, conforme determinada pela Resolução BCB nº 80/21.

5.2. Títulos e valores mobiliários

Em 31 dezembro 2024, os títulos e valores mobiliários foram classificados como “disponíveis para venda”, composto pelos saldos apresentados abaixo:

a) Composição por classificação dos títulos e valores mobiliários

	<u>2024</u>	
	<u>Valor do custo amortizado</u>	<u>Valor de mercado/ contábil</u>
Disponível para venda:		
Carteira Própria:		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (*)	<u>12.301</u>	<u>12.301</u>
Total	<u><u>12.301</u></u>	<u><u>12.301</u></u>

(*) Aplicações indexadas ao CDI, cuja remuneração foi de 98,5% até 100% do CDI no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

b) Composição por vencimento

	2024		Total
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	
<u>Disponível para venda</u>			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (*)	12.301	-	12.301
Total	12.301	-	12.301

(*) Embora os CDBs tenham vencimentos acima de 12 meses, os mesmos podem ser resgatados a qualquer momento e a intenção da Administração é utilizá-lo em um período menor de 12 meses.

6. RENDAS A RECEBER

	2024
Contas a receber de clientes	102.367
Transações a faturar de clientes (a)	69.158
Aviso de crédito (b)	(33.059)
Total	138.466

a) O montante refere-se a transações processadas que representam valores de compras realizadas na rede credenciada à Companhia mas ainda não faturadas aos respectivos clientes, devido à data de corte do faturamento periódico.

b) Representam valores a devolver para clientes em decorrência de reversão de crédito por pagamentos realizados indevidamente ou a maior.

O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” por idade de vencimento é como segue:

	2024
A vencer	102.009
Vencidos:	
Até 30 dias	11.893
De 31 a 60 dias	3.547
De 61 a 90 dias	3.097
De 91 a 120 dias	1.112
De 121 a 180 dias	4.784
Acima de 181 dias	12.024
Total	138.466

7. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A Edenred Soluções e Instituição de Pagamentos AHA S.A. realiza a provisão para fazer face às perdas prováveis em valores relativos às transações operacionais.

A movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é conforme segue:

	<u>2024</u>
Saldo inicial	(3.451)
Adições - provisões constituídas	(1.036)
Reversões	<u>1.126</u>
Saldo final	<u>(3.361)</u>

A despesa com a constituição e a receita com a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, na demonstração do resultado.

8. ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS

8.1. Impostos a recuperar

	<u>2024</u>
IR/CS a recuperar	12.369
PIS/COFINS a recuperar	4.087
IRRF sobre aplicações financeiras	1.501
Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”) sobre serviços	484
Outros impostos federais	<u>263</u>
Total	<u>18.704</u>

8.2. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

a) A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

	<u>2024</u>	
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>
(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(39.829)	(53.425)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	13.542	18.165
Diferenças permanentes:		
Equivalência Patrimonial	(6.440)	(7.667)
Outras diferenças permanentes	<u>676</u>	<u>415</u>
Imposto de renda e contribuição social - após adições e exclusões	7.778	10.913
Diferidos	<u>7.778</u>	<u>10.913</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>7.778</u>	<u>10.913</u>

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras, são provenientes de diferenças temporárias e prejuízo fiscal. Os créditos e débitos estão mantidos no ativo e passivo não circulantes, considerando a expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis.

Composição dos créditos tributários:

	<u>2024</u>
Prejuízo fiscal e Base Negativa	36.966
Amortização ágio	678
Amortização mais valia	750
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.316
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.001
Provisões para bônus e PLR	586
Outras provisões	101
Provisões intermediação	<u>463</u>
Total de crédito tributário de IR e CS - Ativo	<u><u>42.861</u></u>

b) Movimentação dos créditos tributários:

	<u>2023</u>	<u>Movimentação</u>	<u>2024</u>
Prejuízo fiscal e Saldo negativo	26.678	10.288	36.966
Amortização ágio	339	339	678
Amortização mais valia	-	750	750
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.388	(72)	2.316
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	950	51	1.001
Provisões para bônus e PLR	561	25	586
Provisões intermediação	310	153	463
Provisões outras	553	(452)	101
Total de crédito tributário de IR e CS - Ativo	<u><u>31.779</u></u>	<u><u>11.082</u></u>	<u><u>42.861</u></u>

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

A Administração avaliou a realização dos créditos tributários, conforme plano de negócios, e a expectativa é que o benefício seja inteiramente consumido, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Prejuízo fiscal</u>	<u>2024</u>	<u>Total</u>
	<u>Saldo negativo</u>	<u>Provisões</u>	
2025	1.382	1.248	2.630
2026	4.140	211	4.351
2027	5.617	149	5.766
2028	6.179	1.392	7.571
2029	19.648	2.895	22.543
Total	<u><u>36.966</u></u>	<u><u>5.895</u></u>	<u><u>42.861</u></u>

Em 31 de dezembro 2024, o valor presente líquido estimado dos ativos fiscais diferidos é de R\$33.726, calculados considerando a taxa básica de juros - Selic.

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme definições do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresa a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

- a) Em 31 de dezembro de 2024, a Edenred Soluções e Instituição de Pagamentos manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

	2024	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
<u>Repom Instituição de Pagamento Husa S.A.</u>		
Contas a receber (III) e (IV)	10	1
Contas a pagar (III) e (IV)	(35)	-
<u>Ticket Serviços S.A.</u>		
Contas a receber (III) e (IV)	1	3.127
Contas a pagar (III) e (IV)	(21.486)	(867)
<u>Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamento HU S.A.</u>		
Contas a receber (III) e (IV)	-	16
Contas a pagar (I) e (IV)	-	(10)
<u>Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A.</u>		
Contas a receber (III) e (IV)	6	270
<u>Edenred Brasil Participações S A</u>		
Contas a receber (III)	-	6
Contas a pagar (IV)	(109)	-
<u>Ticket Soluções HDFGT S.A.</u>		
Contas a receber (III) e (IV)	102	4.384
Contas a pagar (IV)	(9.033)	(96)
<u>Edenred Holding Financeira S.A.</u>		
Contas a receber (III) e (IV)	29	(29)-
<u>Punto Instituição De Pagamento Hoz Ltda.</u>		
Contas a receber (III) e (IV)	120	-
Contas a pagar (IV)	(2.982)	-
<u>Greenpass Tecnologia e Instituição de Pagamento HUE S.A.</u>		
Contas a receber (III)	-	33
<u>Embratec Tecnologia Heq Ltda.</u>		
Contas a receber (III)	-	126
Total outras contas a Receber: (nota explicativa nº 10)	268	7.963
Total outras contas a pagar: (nota explicativa nº 18)	(33.645)	(1002)

- (I) Referem-se a Pedágio e estacionamento.
- (II) Referem-se à manutenção de Veículo.
- (III) Fornecimento de benefícios (Ticket Refeição, Ticket Alimentação e Ticket Super Flex Home Office, Cartão GoodCard Plus, cartão Fuel).

(IV) Repasse de despesas do Centro de Serviços Compartilhados, referente às estruturas corporativas comuns a todos os negócios do grupo no Brasil.

b) Empréstimos partes relacionadas

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

<u>Parte relacionada</u>	<u>2023</u>	<u>Captação</u>	<u>IOF</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento</u>	<u>2024</u>
Punto Instituição De Pagamento Hoz Ltda.	-	33.140	517	3.961	(12.050)	25.568
	<u>-</u>	<u>33.140</u>	<u>517</u>	<u>3.961</u>	<u>(12.050)</u>	<u>25.568</u>

Ativo:

A operação de empréstimo foi concedida para a Punto Instituição De Pagamento Hoz Ltda. no montante de R\$33.140, corrigida pelo equivalente a 100% do CDI e 2,3% ao ano, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração, em vigor até sua quitação, conforme clausula 14 do contrato.

Passivo:

<u>Parte relacionada</u>	<u>2023</u>	<u>Captação</u>	<u>IOF</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento</u>	<u>2024</u>
Edenred Brasil Participações S.A.	-	(155.000)	(601)	(13.052)	-	(168.653)
	<u>-</u>	<u>(155.000)</u>	<u>(601)</u>	<u>(13.052)</u>	<u>-</u>	<u>(168.653)</u>

A operação de empréstimo foi concedida pela Edenred Brasil Participações S.A., no montante de R\$155.000, corrigida pelo equivalente a 100% do CDI e 2,3% ao ano, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração, em vigor até sua quitação, conforme clausula 14 do contrato.

As receitas com partes relacionadas estão alocadas na rubrica “Serviços prestados”, vide Nota explicativa nº 21.

As despesas estão alocadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, vide Nota explicativa nº 24.

A Companhia pagou aos seus administradores, em salários e remuneração variável, o montante de R\$720 em 2024. Não há benefícios de longo prazo.

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>2024</u>
Adiantamentos	5.921
Demais contas a receber	1.341
Contas a receber de partes relacionadas (nota nº 9)	268
Total	<u>7.530</u>

11. INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de investimentos é composto por investimento em Companhia controlada no montante de R\$29.757, conforme detalhes abaixo:

a) Dados da controlada em 31 de dezembro 2024

	Punto Instituição de Pagamento Hoz Ltda.
% Participação	100%
Número de cotas	2.454.145
Ativo	102.912
Passivo	88.599
Patrimônio líquido	14.314
Resultado do período	(22.551)

b) Movimentação do investimento

Descritivo	Saldo em 2023	Equivalência patrimonial	Amortização ágio/intangível	Saldo em 2024
Investimento	36.865	(22.551)	-	14.314
Intangível	13.512	-	(1.059)	12.453
Ágio	3.987	-	(997)	2.990
Total investimento	54.364	(22.551)	(2.056)	29.757

Em 30 de novembro de 2022, a Companhia adquiriu 100% das ações da Sysdata Tecnologia e Participações Ltda. (“Sysdata”) especializada na captura, processamento e autorização para o segmento de meios de pagamentos e passou a ter o controle das operações. Em 11 de janeiro de 2023, a Sysdata teve seu nome alterado para Punto Instituição de pagamento HOZ Ltda. O valor a pagar pela aquisição deste investimento em 31 de dezembro de 2024 é de R\$25.467.

12. IMOBILIZADO

	Vida útil em anos	2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo residual
Equipamentos de informática	5	833	(483)	350
Instalações	10	793	(487)	306
Equipamentos de telecomunicações	10	76	(44)	32
Móveis e utensílios	10	181	(161)	20
Máquinas e equipamentos	10	5	(5)	-
Total		1.888	(1.180)	708

Custo:	Vida útil em anos	2023		2024	
		Saldo Inicial	Adições	Saldo Final	
Equipamentos de informática	5	833	-	833	
Instalações e benfeitorias	10	793	-	793	
Equipamentos de telecomunicações	10	76	-	76	
Móveis e utensílios	10	181	-	181	
Máquinas e equipamentos	10	5	-	5	
Total		1.888	-	1.888	

A movimentação da depreciação é como segue:

	Vida útil em anos	2023		2024
		Saldo Inicial	Adições	Saldo Final
Depreciação acumulada:				
Equipamentos de informática	5	(385)	(98)	(483)
Instalações e benfeitorias	10	(407)	(79)	(486)
Equipamentos de telecomunicações	10	(37)	(7)	(44)
Móveis e utensílios	10	(152)	(9)	(161)
Máquinas e equipamentos	10	(5)	-	(5)
Total		(986)	(194)	(1.180)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos bancários, nem arrolados em defesa de processos judiciais, tampouco bens paralisados ou quaisquer outras despesas com arrendamento mercantil operacional e despesas referentes a juros capitalizados.

13. INTANGÍVEL

A Composição do ativo intangível em 31 de dezembro de 2024 está apresentada a seguir:

	Vida útil em %	2024		
		Custo	Amortização acumulada	Saldo Residual
Software em desenvolvimento	14 a 20	12.809	-	12.809
Softwares	14 a 20	100.835	(50.032)	50.803
Total		<u>113.644</u>	<u>(50.032)</u>	<u>63.612</u>

A movimentação do ativo Intangível é como segue:

Custo:	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Softwares	55.427	-	(1.039)	46.447	100.835
Software em desenvolvimento	49.395	13.230	(3.369)	(46.447)	12.809
	<u>104.822</u>	<u>13.230</u>	<u>(4.408)</u>	<u>-</u>	<u>113.644</u>
Amortização:					
Software desenvolvido	(34.885)	(15.707)	560	-	(50.032)
	<u>(34.885)</u>	<u>(15.707)</u>	<u>560</u>	<u>-</u>	<u>(50.032)</u>
Valor Residual:	<u>69.937</u>	<u>(2.477)</u>	<u>(3.848)</u>	<u>-</u>	<u>63.612</u>

14. TRANSAÇÕES E PAGAMENTOS A LIQUIDAR

Referem-se a valores transacionados a pagar às instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo encontra-se demonstrado a seguir:

	2024
Transações e pagamentos a liquidar	<u>25.853</u>
	<u>25.853</u>

15. AFILIADOS A PAGAR

Nessa rubrica estão registrados os valores devidos à rede credenciada de estabelecimentos comerciais, relativos aos cartões apresentados para reembolso, cujo pagamento será realizado conforme prazo contratual. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	<u>2024</u>
Estabelecimentos Credenciados	7.466
Afiliados a pagar (a)	<u>9.227</u>
	<u><u>16.693</u></u>

- b) Valores devidos ao Banco Topázio em virtude da operação de antecipação de recebíveis realizada pela Companhia. A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes quando comparado com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

16. REEMBOLSOS A EFETUAR

	<u>2024</u>
Reembolso a efetuar (*)	<u>257.874</u>
Total	<u><u>257.874</u></u>

- (*) Temos um saldo correspondente a (R\$51.195), que se refere a provisão de “perdus périme” e (R\$6.832) de provisão de transações rejeitadas no momento do reembolso aos estabelecimentos.

O saldo em 31 de dezembro de 2024 corresponde a:

- a) Obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários e ainda não utilizados junto aos afiliados.
- b) Valores a serem repassados para os estabelecimentos referentes aos montantes dos benefícios já consumidos pelos usuários e que ainda não foram apresentados pelos estabelecimentos para reembolso.

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo.

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>2024</u>
Participação nos lucros	865
Provisão de férias	799
Encargos sociais e outras	<u>505</u>
Total	<u><u>2.169</u></u>

A Companhia concede participação nos lucros a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início do exercício e avaliados no fim do exercício.

18. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>2024</u>
Contas a pagar a partes relacionadas (nota nº 9)	33.646
Provisões de serviços tomados	3.483
Demais contas a pagar	<u>1.530</u>
Total	<u><u>38.659</u></u>

19. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. Os processos estão em fase de defesa administrativa ou em trâmite na esfera judicial. Com base na opinião de seus assessores legais externos, a Administração classifica os passivos contingentes como perdas prováveis e obrigações legais e mantém provisão em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está assim demonstrada:

	<u>2024</u>
Natureza:	
Tributários	7.237
Honorários advocatícios - “success fees” (a)	485
Trabalhistas	<u>129</u>
Total	<u><u>7.851</u></u>

a) Referem-se a honorários de sucesso relativos a processos judiciais/administrativos patrocinados por assessores legais externos contratados pela Companhia.

A Companhia, visando a uma melhor apresentação dos montantes envolvidos em suas causas trabalhistas, cíveis e tributários, decidiu reclassificar os honorários advocatícios para a mesma rubrica de suas provisões.

Provisões tributárias

Os riscos tributários provisionados são compostos pelos processos a seguir relacionados:

	<u>2024</u>
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (a)	3.596
Outros processos (b)	2.600
PIS e COFINS Lei 9718/98 e 10833/03 (c)	<u>1.041</u>
Total	<u><u>7.237</u></u>

(a) Referem-se substancialmente, às provisões constituídas para fazer frente a eventuais discussões judiciais relativas a matérias tributárias para as quais não há ações judiciais ou outros questionamentos ajuizados, cujo montante total é de R\$3.596.

(b) Referem-se a provisões das contingências passivas tributárias classificadas como prováveis por assessores externos, atreladas a autos de infração sobre a contribuição de FGTS de janeiro de 2010 até julho de 2013 (R\$1.160), execução fiscal sobre as contribuições previdenciárias para o INSS em 1998 (R\$729), execução fiscal promovida pela Fazenda Nacional sobre IRPJ/IRRF/CSLL/PIS/COFINS dos anos de 2003 e 2004 (R\$711).

- (c) Referem-se a mandados de segurança impetrados pela Companhia, objetivando: (i) a inconstitucionalidade da exigência do PIS e da COFINS, com base na Lei nº 9.718/98, sendo contestada a majoração da alíquota de 2% para 3% com ampliação da base de cálculo sobre a totalidade das receitas, inclusive receitas financeiras; (ii) que seja assegurado o direito de efetuar os recolhimentos para o PIS e a COFINS, descontando os créditos calculados em relação aos encargos de depreciação ou amortização de bens e direitos dos ativos imobilizados adquiridos até 30 de abril de 2004, mediante depósito judicial; e (iii) que seja assegurado o direito de descontar os créditos relativos a despesas com benefícios dos tíquetes em serviço e planos de seguro de saúde, para efeito do PIS e da COFINS, recolhendo os efeitos como depósito judicial. Os valores reconhecidos são de R\$1.041.

Provisões trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia era parte em 2 reclamações trabalhistas totalizando o valor de R\$129 movidas por ex-funcionários e terceiros, cujos pedidos se constituíam em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária, entre outros.

Provisões cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não era parte em nenhuma reclamação cível.

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

	2023	Adições (Reversões)	Pagamentos	2024
Tributário	7.120	117	-	7.237
Honorários “Sucess Fee”	800	-	(315)	485
Trabalhistas	98	31	-	129
	<u>8.018</u>	<u>148</u>	<u>(315)</u>	<u>7.851</u>

A Companhia, visando a uma melhor apresentação dos montantes envolvidos em suas causas trabalhistas, cíveis e tributários, decidiu reclassificar os honorários advocatícios para a mesma rubrica de suas provisões.

Processos com perda possível

A Administração da Companhia não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre os processos judiciais cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, no montante de R\$22.081, sendo R\$21.240 relativo a processos judiciais tributários, R\$841 relativo a processos judiciais cíveis, para os quais, na avaliação dos seus assessores legais externos, a probabilidade de perda é considerada possível.

O principal processo com perda possível está discriminado a seguir:

R\$15.889: refere-se à ação anulatória tributária, tendo como autor a Fazenda Nacional sobre IRPJ/IRRF/CSLL/PIS/COFINS de 1995.

b) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionados. O saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.775 e está classificado na rubrica “Depósitos judiciais”, no ativo não circulante.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$64.414, composto por 298.377.150 ações ordinárias nominativas, constituído como segue:

Acionista	Quantidade de ações em 2024	Participação %
Edenred Brasil Holding Financeira S.A.	193.880.743	64,98%
Manzat Inversiones AUU S.A.	83.545.603	28,00%
Guilherme Alberto Berthier Stumpf	20.886.400	7,00%
Edenred S.E.	64.404	0,02%
Total	<u>298.377.150</u>	<u>100,00%</u>

b) Dividendos obrigatórios

O Estatuto Social define que a Companhia deve destinar aos acionistas, ao final de cada exercício social, dividendos obrigatórios de no mínimo 25% e, no máximo, 75% do lucro líquido auferido no exercício, após as deduções previstas.

A Companhia não distribuiu dividendos obrigatórios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em virtude do saldo de prejuízos acumulados.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	
	2º Semestre	Exercício
Serviços prestados (a)	32.379	63.866
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(4.340)	(8.594)
Receita líquida de prestação de serviços	28.039	55.272
Rendimento de aplicações financeiras	8.409	12.570
Resultado da intermediação financeira	8.409	12.570
Receita operacional líquida	36.448	67.842

a) Desse total, um saldo de R\$119 refere-se à serviços de premiações e benefícios de adiantamento salarial com partes relacionadas vide Nota Explicativa 9.

22. CUSTOS OPERACIONAIS

	2024	
	2º Semestre	Exercício
Captura e processamento (a)	(9.291)	(19.955)
Parceiros e representação comercial	(2.199)	(4.693)
Entrega e distribuição	(1.113)	(1.916)
Outros	(2.443)	(4.670)
	(15.046)	(31.234)

a) Referem-se aos pagamentos feitos para bandeira e para processadora pela captura e processamento das transações de nossos clientes na utilização de seus cartões.

23. DESPESAS COM PESSOAL

	2024	
	2º Semestre	Exercício
Salários	(3.035)	(6.369)
Encargos Sociais	(1.337)	(2.638)
Benefícios	(1.123)	(2.337)
Gratificações	(272)	(900)
Férias	(227)	(588)
Outros	(186)	(417)
	<u>(6.180)</u>	<u>(13.249)</u>

24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	
	2º Semestre	Exercício
Honorários Profissionais (a)	(2.598)	(5.532)
Despesas com Telefonia	(2.293)	(4.730)
Serviços de Terceiros	(1.566)	(3.119)
Gastos com Impostos e Taxas	(951)	(1.526)
Despesas com infraestrutura	(691)	(2.246)
Despesa de marketing	(447)	(1.761)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(103)	(332)
Outras receitas e despesas operacionais	(811)	(1.494)
	<u>(9.460)</u>	<u>(20.740)</u>

a) Referem-se em sua maior parte, a gastos com informática para soluções voltadas aos meios de pagamento.

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2024	
	2º Semestre	Exercício
Compartilhamento de despesas (a)	(10.643)	(19.510)
Perda/ganho na venda de intangível (Nota nº 13)	(3.848)	(3.848)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	756	90
Outros	3.774	6.265
	<u>(9.961)</u>	<u>(17.003)</u>

a) Repasses de Capex e despesas do Centro de Serviços Compartilhados, referente às estruturas corporativas comuns a todos os negócios do grupo no Brasil.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	
	2º Semestre	Exercício
Receitas financeiras		
Receita “perdus périmé” e rejeitados (a)	6.643	13.917
Juros recebidos de clientes e estabelecimentos	2.537	5.121
Juros Empréstimo - partes relacionadas (Nota nº 9)	1.769	3.961
Variação Cambial	37	229
PIS e COFINS s/ receita financeira	(926)	(1.704)
Outras receitas financeiras	519	849
	<u>10.579</u>	<u>22.373</u>
Despesas financeiras		
Juros Empréstimo - partes relacionadas (Nota nº 9)	(9.314)	(13.052)
Correção monetária - “Earn out” (b)	(1.724)	(3.192)
Despesas bancárias	(1.347)	(2.676)
Variação Cambial	(214)	(330)
Descontos concedidos e outros incentivos	(127)	(246)
Multa e juros	(13)	(165)
Outras despesas financeiras (c)	(2.019)	(2.125)
	<u>(14.758)</u>	<u>(21.786)</u>
Resultado Financeiro Líquido	(4.179)	587

- a) Refere-se substancialmente à receita com cartões de portadores cancelados por falta de utilização do saldo, em determinado período.
- b) Refere-se à correção monetária do “earn-out” (saldo a pagar pela aquisição da empresa Sysdata Tecnologia e Participações Ltda., vide nota explicativa nº 11).
- c) (\$1.549) refere-se à pagamento a matriz por utilização da marca Edenred e (\$576) refere-se à correção monetária de provisões para risco, vide nota explicativa nº 19.

27. PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL

Conforme descrito na nota explicativa nº 20, a Companhia possui apenas ações ordinárias. A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ações ou com característica de patrimônio líquido, portanto o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação. O prejuízo por ação, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, está demonstrado a seguir:

	2024	
	2º Semestre	Exercício
Prejuízo	(32.051)	(42.512)
Quantidade de ações ordinárias (em milhares)	298.377	298.377
Prejuízo por ação - R\$	<u>(0,11)</u>	<u>(0,14)</u>

28. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCO

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Resolução BCB nº 25/20, a Edenred Soluções e Instituição Pagamento AHA S.A. adota uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados, mitigados.

A Edenred Soluções e instituição Pagamento AHA S.A. possui e segue a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

a) Risco operacional

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, o risco e a complexidade de suas operações, com base em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a Companhia, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

b) Risco de Crédito

A política de venda e de prestação de serviços da Companhia está associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para perdas associadas ao risco de crédito”.

A Companhia tem política específica definindo as diretrizes e os procedimentos de análise de risco para o processo de credenciamento e manutenção de estabelecimentos. Nesse processo estão envolvidos os riscos relacionados a fraudes.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

A Companhia gerencia o risco de liquidez, sendo os investimentos efetuados em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos.

d) Risco cambial

A Companhia não está direta e significativamente exposta ao risco cambial.

e) Gerenciamento de capital

As instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil devem manter um Patrimônio Líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos. Em 05 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu autorização pelo Banco Central do Brasil para atuar como instituição de pagamento e, também foi designada como líder do Conglomerado Prudencial do Grupo Edenred. Dessa forma, os limites de capital regulatório são apurados de forma consolidada.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia efetuou o cálculo do Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento - PRIP, que foi considerado adequado mediante a aplicação da base regulatória contida na Resolução BCB nº 198. Posteriormente, em 21 de novembro de 2024 o Banco Central do Brasil publicou a Resolução BCB nº 434 que altera a Resolução BCB 198, e que limitou a possibilidade de dispensa da completa dedução de ajustes prudenciais, considerando o tipo do Conglomerado Prudencial Edenred. Este fato gerou um desenquadramento no Requerimento Mínimo de Capital.

De acordo com a nova regulamentação a Companhia colocou em ação o plano para o devido enquadramento em maio de 2025, conforme detalhado na nota 30 - eventos subsequentes.

f) Instrumentos financeiros por categoria

Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia refletem substancialmente os seus valores justos, considerando o curto prazo de liquidação dos instrumentos.

As premissas seguidas pela empresa para determinar a hierarquia e divulgar os valores justos de instrumentos financeiros são:

- (i) Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração.
- (ii) Nível 2: são informações, que não possuem os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- (iii) Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo

Classificação dos ativos e passivos financeiros conforme premissas mencionadas acima:

	<u>2024</u>
Ativos financeiros:	
Disponibilidades (I)	8.116
Aplicações financeiras (II)	205.972
Contas a receber de clientes (I)	138.466
Empréstimos - Mútuo (III)	25.568
Outras contas a receber (I)	7.530
Total	<u>385.652</u>
Passivos financeiros:	
Fornecedores (I)	4.236
Transações e pagamentos a liquidar (I)	25.853
Afiliação a pagar (I)	16.693
Reembolsos a efetuar (I)	257.874
Empréstimos - Mútuo (III)	168.653
Contas a pagar de aquisição de empresa III (*)	25.467
Outras contas a pagar (III)	38.659
Total	<u>537.435</u>

(*) Valores relacionados a aquisição de 100% das ações da Sysdata, conforme descrito na nota 11. Os critérios utilizados para a mensuração da aquisição do Ativo Intangível, software, carteira de clientes no que diz respeito a processamento de dados e aluguel de POS, basearam-se na metodologia "Multi-period Excess Earnings - MPEEM", sendo classificados como Nível 3. O método de lucros excessivos em múltiplos períodos (MPEEM) é um modelo de avaliação financeira que estima os fluxos de caixa e receitas de ativos intangíveis relacionados a clientes.

g) Garantias concedidas

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha contratada uma operação de garantia internacional da Edenred S.E., no valor de US\$15.000, tendo como beneficiária a Mastercard Intl. Incorp. NY e garantia nacional emitida pelo Banco Itaú Unibanco S.A. no valor de R\$750 tendo como beneficiária a Elo Serviços S.A.

29. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

Não houve nenhuma transação que não afetou o caixa no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

30. EVENTO SUBSEQUENTE

Em atendimento a Resolução BCB 198, para cumprimento do Requerimento Mínimo de Capital do Conglomerado Edenred, em 8 de maio de 2025, através de Assembleia Geral Extraordinária foi deliberado um aumento de capital no montante de R\$35.000 para Edenred Soluções e Instituição de Pagamento e um aumento de capital no montante de R\$255.000 na Edenred Mobilidade. Após os aportes de capital, o capital mínimo do Conglomerado permanece dentro dos limites estabelecidos pelo Banco Central.

Marcelo Roboredo
Diretor Presidente

Philippe Blecon
Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandra Martins
Contadora CRC-1SP 326525/O-3